

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.389.222 - SP
(2018/0284578-7)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : ISAAC SANTIAGO ALVARENGA
ADVOGADO : BRUNO COSTA BELOTTO - SP356314
EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NEI CALDERON E OUTRO(S) - SP114904
FABIANO ZAVANELLA - SP163012
INGRID CRISTINE JERONIMO DE SOUZA - SP244518
ANDERSON FERREIRA DA SILVA - SP359322
NADIA SANTOS SILVA - SP374808
INTERES. : GAMP R. A. COMERCIAL LTDA
INTERES. : MARCOS SANTIAGO ALVARENGA

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ISAAC SANTIAGO ALVARENGA em face de decisão monocrática de fls. 422-424 (e-STJ), da lavra deste signatário, que negou provimento ao agravo em recurso especial manejado pela parte adversa.

Em suas razões (fls. 428-430, e-STJ), sustenta a parte embargante haver omissão na decisão embargada de questões suscitadas nas contrarrazões de recurso especial, no que tange à condenação da parte recorrente ao pagamento de honorários sucumbenciais recursais e majoração da multa e indenização por litigância de má-fé.

Impugnação às fls. 435-445, e-STJ.

É o relatório.

A irresignação merece ser acolhida.

1. De fato, verifica-se que a decisão embargada não se manifestou acerca do pedido veiculado em sede de contrarrazões de recurso especial (fls. 388-391, e-STJ), quanto à fixação dos honorários sucumbenciais recursais e majoração da multa por litigância de má-fé.

1.1 No que se refere ao disposto no artigo 85, § 1º, do NCPC, cumpre destacar que, nos termos da orientação do Plenário do STJ, fixada por meio do Enunciado Administrativo n. 7. (*"somente nos recursos interpostos contra **decisão publicada a partir de 18 de março de 2016**, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"*).

Dessa forma, considerando o acórdão recorrido, o qual possibilitou a inauguração da instância extraordinária, foi disponibilizado em 17 de novembro de 2017 e tido como publicado no primeiro dia útil subsequente (certidão de fl. 368, e-STJ), bem ainda o trabalho adicional do advogado da parte ora embargante, realmente, são cabíveis os honorários recursais.

Com efeito, o § 11 do art. 85 do NCPC possui dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Constata-se que o Tribunal de origem fixou a verba honorária em 11% (onze por cento) sobre o valor total da causa (fl. 341, e-STJ).

Com base em tais premissas e no disposto no art. 85, § 11, do CPC/15,

majora-se em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada na origem a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§2º e 3º do mesmo artigo.

1.2. Quanto ao pedido de majoração da multa por litigância de má-fé atravessado na petição de contrarrazões, não merece acolhida.

Com efeito, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de não ser cabível a aplicação da multa por litigância de má-fé quando a parte se vale dos recursos legalmente previstos no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer, ainda que apresente argumentos já rejeitados pela instância ordinária ou não alegue fundamento novo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE PROFERIDA PELA CORTE DE ORIGEM. NÃO CONHECIMENTO DO RECLAMO. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. Conforme entendimento desta Corte: "A interposição de recursos cabíveis não [implica] em litigância de má-fé nem ato atentatório à dignidade da justiça, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem alegação de fundamento novo" (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.333.425/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrigli, DJe 4/12/2012). 4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 993.261/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 30/08/2017)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART. 80 DO NCPC. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 11, DO NCPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. [...]

4. "A interposição de recursos cabíveis não implicam litigância de má-fé nem ato atentatório à dignidade da justiça, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem alegação de fundamento novo." (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.333.425/SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 4/12/2012).

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 889.783/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 03/05/2017)

2. Por fim, na hipótese em relevo, houve erro material na decisão embargada, no seguinte trecho (fls. 422-423, e-STJ): "*De início, quanto à tese de ocorrência de danos morais in re ipsa, decorrentes da inscrição do nome do devedor em cadastro de inadimplentes de forma indevida, infere-se deficiência na fundamentação recursal, porquanto não indicados os dispositivos legais objeto da alegada interpretação divergente, sendo de rigor a incidência da Súmula 284 do STF*".

De ofício, promovo a correção do excerto, de modo que, onde se lê: "*quanto à tese de ocorrência de danos morais in re ipsa, decorrentes da inscrição do nome do devedor em cadastro de inadimplentes de forma indevida*", leia-se: **quanto à tese de ilegalidade na aplicação da multa por litigância de má-fé.**

3. Do exposto, acolho os embargos de declaração para, conferindo-lhes efeitos infringentes, sanar, de ofício, erro material constante da decisão embargada nos termos da fundamentação, bem como suprir a omissão apontada, a fim de majorar em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada na origem a título de honorários sucumbenciais em favor da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

